



RDN Concessões e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 02.221.531/0001-30
Companhia Aberta

Relatório da Administração (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia: 1.1. **Aos acionistas:** Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da empresa RDN Concessões e Participações LTDA. (antiga Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. ("CCR RDN", "Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. 1.2. **Apresentação:** Até 27 de novembro de 2021, a Companhia foi responsável pela administração de 567 quilômetros de rodovias no Estado do Paraná, nos termos do contrato de concessão n.º 075/97, no qual consta como Poder Concedente o Estado do Paraná, por intermédio do DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem, por força do Convênio de Delegação n.º 006/96, firmado entre União (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER/ Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT) e o Estado do Paraná. A Companhia foi a concessionária de serviços públicos, cujas atividades eram voltadas à recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação e exploração de rodovias principais e a recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso, constantes do Lote 05, do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. O contrato de concessão foi assinado em 14 de novembro de 1997, e encerrado em 27 de novembro de 2021. A concessão foi dividida em dois trechos principais. O primeiro, liga Curitiba à Apucarana e conecta Curitiba ao porto agrícola e industrial do norte do Paraná, onde se encontram cidades importantes como Londrina e Maringá. Esse trecho serve como uma via natural de escoamento até o Porto de Paranaguá. O segundo trecho, que liga Ponta Grossa a Jaguaçuara, segue a rota nordeste no sentido de São Paulo. O sistema abrangeu segmentos das rodovias BR 277 e BR 376, que ligam a capital Curitiba às principais cidades no Norte do Estado; segmento das rodovias PR 373 e PR 151, entre Ponta Grossa e Jaguaçuara, além de segmento da BR 373, entre Ponta Grossa e a saída para o norte do Paraná e Foz do Iguaçu. Compõe também o lote de rodovias administradas segmentos das rodovias: PR 092, PR 151, PR 239, PR 813, PR 340 e PR 090 (trechos rodoviários de acesso), vicinais às rodovias principais. Desde o início da concessão, inúmeras obras, serviços e melhorias foram implantadas no sistema viário administrado pela Companhia, ampliando as condições de segurança e conforto para motoristas e passageiros, trazendo mais proteção para pedestres, e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades por onde atua. A Companhia disponibilizou os serviços de assistência aos usuários (SOS Usuário), na área da concessão, prestando o serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários das rodovias. Desde abril de 1998, a Companhia prestou serviços, oferecendo mais tranquilidade, conforto e segurança para quem trafega pelas rodovias sob sua responsabilidade. A responsabilidade pela coordenação das unidades do SOS Usuário, que estavam distribuídas ao longo das rodovias, era do Centro de Controle Operacional (CCO), localizado na sede da Companhia, em Ponta Grossa. As sete bases operacionais (SOS Usuário) estavam estrategicamente localizadas ao longo das rodovias de forma a permitir agilidade e rapidez no atendimento a todas as ocorrências, em qualquer ponto da estrada e 24 horas ininterruptamente. Em 7 de dezembro de 2022, foi celebrado Termo de Acordo do contrato de concessão n.º 075/97 entre a RDN e o Estado do Paraná, o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, o Ministério Público Federal e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados, em decorrência de processo de mediação instaurado perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4, visando mediar as Partes nas discussões e na solução das divergências, pleitos, direitos ou expectativas de direito e reclamações envolvendo a execução, administração, interpretação, aplicação e conclusão do Contrato de concessão, incluindo, mas não se limitando a, todo e qualquer evento de desequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão de interesse tanto do Poder Concedente como da RDN, que não haviam sido solucionados quando do encerramento da concessão. O Termo de Acordo celebrado: (i) estabelece as medidas para encerramento de diversos processos administrativos e ações judiciais; e (ii) implica o reconhecimento do saldo remanescente de R\$ 321.223, na data-base agosto de 2022 (R\$ 338.948 em dezembro de 2022, registrado no balanço patrimonial na rubrica Obras a executar circulante e não circulante, tendo contrapartida a rubrica Provisão de obras a realizar, na demonstração de resultados), correspondente ao desequilíbrio econômico-financeiro que remanesceu em favor do Poder Concedente. Tal valor, por interesse e conveniência do Estado e do DER, será pago mediante a assunção de obrigação de fazer correspondente à realização das obras definidas pelo DER e aceitas pelas Partes. Estima-se que as obras sejam realizadas no prazo de 36 meses contados da assinatura do Termo de Acordo. Os recursos provenientes do Acordo, descritos em sua Cláusula Quarta, Parágrafo Segundo, serão empregados nas obras rodoviárias consideradas prioritárias pelo DER e pelo Estado do Paraná a seguir apresentadas:

Relação de Obras Prioritárias - Acordo RDN Participações						
Prioridade	Região	Rodovia	Localização		Extensão (km)	Descrição
			km - Início	km - Fim		
1	Campos Gerais	PR-151	337,11	343,91	6,8	Duplicação e Restauração
2	Centro	PRC-272	199,83	254,64	54,81	Faixa Adicional incluindo recuperação das faixas marginais adjacentes a faixa adicional e Correções Geométricas, para melhoria do Nível de Serviço e eliminação de Pontos Críticos - (Realizar Estudos de viabilidade para a implantação de Faixas adicionais com inclusão das faixas adjacentes a faixa adicional e correções geométricas)
		PRC-466	80,79	258,48	177,69	
		PRC-487	183,53	262,54	79,01	
		PR-460	0	31,9	31,9	

Relação de Obras Prioritárias - Acordo RDN Participações							
Prioridade	Região	Rodovia	Localização		Extensão (km)	Obra	Descrição
			km - Início	km - Fim			
3	Noroeste	BR-376	183	184,5	-	Implantação de Retornos em Desnível	Implantação de dois retornos (Sarandi sentido Maringá)
4	Noroeste	BR-376	-	-	-	Interseção em Desnível	Interseção BR-376 X PR-317 (Trevu Catuai)

2. Estratégia e Gestão

2.1. Governança Corporativa

A Companhia é uma sociedade limitada pertencente a CCR S.A. ("CCR"), que detém 100% do seu capital social. A gestão da Companhia, fundamentalmente, está estruturada em: • Comitê de Gestão: formado pelos atuais Diretores no cargo de Administradores da Sociedade: Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Diretor e Thais Caroline Borges - Diretora Presidente.

3. Sustentabilidade

A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR: • Código de Ética; • Política do Meio Ambiente; • Política de Mudanças Climáticas; • Política de Responsabilidade Social; • Política de Gerenciamento de Riscos; • Política da Empresa Limpa; Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo: www.ccr.com.br/ri. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.1. Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade. • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. • Carbon Disclosure Program (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os stakeholders como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.

4.2. Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte. Saiba mais em <http://www.institutoccr.com.br>.

5. Considerações Finais

5.1. Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e parceiros pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos nossos colaboradores pelo profissionalismo e dedicação em suas atividades.

5.2 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social. Ponta Grossa, 10 de abril de 2023.

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)				Nota	2022	2021
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.122	26.247			
Aplicações financeiras	6	7.852	-			
Contas a receber	7	-	1.761			
Contas a receber - partes relacionadas	9	66	145			
Impostos a recuperar		786	1.713			
Despesas antecipadas e outras		129	405			
Total do ativo circulante		14.955	30.271			
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Impostos a recuperar		2.433	936			
Depósitos judiciais e outros créditos		1.618	1.537			
		4.051	2.473			
Intangível	11	-	170			
Total do ativo não circulante		4.051	2.643			
Total do ativo		19.006	32.914			

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)				Nota	2022	2021
Passivo Circulante						
Fornecedores	12	5.694	39.167			
Fornecedores - partes relacionadas	9	-	1.347			
Impostos e contribuições a recolher		1.398	3.811			
Obrigações sociais e trabalhistas		589	6.766			
Obrigações com o Poder Concedente		1.176	3.471			
Obras a executar	10	10.844	20.401			
Outras contas a pagar		8	998			
Total do passivo circulante		19.709	75.961			
Não circulante						
Impostos diferidos		8	-			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	13	6.769	5.195			
Outras obrigações sociais e trabalhistas		-	292			
Obras a executar	10	328.104	-			
Total do passivo não circulante		334.881	5.487			
Passivo a descoberto						
Prejuízo acumulado		(1.222.775)	(870.725)			
Total do passivo a descoberto		(335.584)	(48.534)			
Total do passivo e passivo a descoberto		19.006	32.914			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)				2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo líquido do exercício				(352.050)	(518.113)
Ajustes por:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos				-	(1.330)
Depreciação e amortização				-	1.012.816
Baixa do ativo intangível				170	4.544
Juros e variação monetária sobre debêntures				-	48.411
Capitalização de custo de empréstimos				-	(10.017)
Resultado de operações com derivativos				-	(6)
Constituição (reversão) da provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários				5.119	(15.218)
Atualização monetária da provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários				525	577
Constituição (reversão) da provisão de manutenção				-	(13.675)
Ajuste a valor presente da provisão manutenção				-	2.000
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros				-	(72)
Juros e variação monetária sobre partes relacionadas				-	1.851
Rendimento de aplicação financeira				(687)	-
Obras a realizar				318.547	-
Depreciação arrendamento mercantil				-	52
Juros e variação monetária sobre acordo de leniência				-	2.505
Provisão para perda esperada - contas a receber				-	(23)
				(28.376)	514.302
Variação nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos					
Contas a receber				1.761	43.161
Contas a receber - partes relacionadas				79	54
Impostos a recuperar				(570)	10.945
Adiantamento a fornecedores				-	20
Despesas antecipadas e outras				195	5.927
Aumento (redução) dos passivos					
Fornecedores				(33.473)	(33.740)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional. 1.1. Constituição e objeto: A Companhia teve seu pedido de cancelamento de registro na CVM em 23 de dezembro de 2021 e passou a ser uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rua Dr. Caminho, n.º 121, bairro Colônia Dona Luiza, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, CEP 84.045-240. A Controladora da Companhia é a CCR S.A. A Companhia foi constituída em 3 de novembro de 1997, teve por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do Lote n.º 5 que é constituído pelas rodovias: (i) BR-376, entre Apucarana e São Luis do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luis do Purunã e Curitiba; (iii) PR-151, entre Jaguaçuara e Ponta Grossa; e (iv) pelos trechos rodoviários de acessos àquelas rodovias, do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de 567,8 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive prestando serviços de socorro médico, serviços de guincho e reboque de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos a partir da emissão da ordem de serviço, ou seja, até 27 de novembro de 2021, e após o encerramento da concessão, os ativos intangíveis foram totalmente amortizados. O contrato de concessão do lote, não oneroso, previu a obrigação de realização de investimentos. A principal fonte de receita foi a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados "trabalhos iniciais", conforme definido no Programa de Exploração do Lote e pôde ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de dezembro. Em 7 de dezembro de 2022, foi celebrado Termo de Acordo do contrato de concessão n.º 075/97 entre a RDN e o Estado do Paraná, o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, o Ministério Público Federal e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados, em decorrência de processo de mediação instaurado perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4, visando mediar as partes nas discussões e na solução das divergências, pleitos, direitos ou expectativas de direito e reclamações envolvendo a execução, administração, interpretação, aplicação e conclusão do contrato de concessão, incluindo, mas não se limitando a, todo e qualquer evento de desequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão de interesse tanto do Poder Concedente como da RDN, que não haviam sido solucionados quando do encerramento da concessão. O Termo de Acordo celebrado: (i) estabeleceu as medidas para encerramento de diversos processos administrativos e ações judiciais; e (ii) implicou o reconhecimento do saldo remanescente de R\$ 321.223, na data-base agosto de 2022 (R\$ 338.948 em dezembro de 2022, registrado no balanço patrimonial na rubrica Obras a executar circulante e não circulante, tendo contrapartida a rubrica Provisão de obras a realizar, na demonstração de resultados), correspondente ao desequilíbrio econômico-financeiro que remanesceu em favor do Poder Concedente. Tal valor, por interesse e conveniência do Estado e do DER, será pago mediante a assunção de obrigação de fazer correspondente à realização das obras definidas pelo DER e aceitas pelas Partes. Estima-se que as obras sejam realizadas no prazo de 36 meses contados da assinatura do Termo de Acordo. Em 27 de novembro de 2021, por meio da Assessoria Geral Extraordinária, a Companhia alterou sua denominação social e estatuto social, de Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. para RDN Concessões e Participações S.A. e entrou em um processo de dormiência até que os assuntos decorrentes do contrato de concessão fossem solucionados. **Bens reversíveis, opção de renovação do contrato de concessão e direito de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornaram ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia não teve direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, ocorreu nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **1.2. Outras informações relevantes:** A Companhia é um grupo de processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Abaixo listamos os principais processos que tiveram andamento em 2022. São eles: **a) Processo de encampação (Processo n.º 0028294-77.2003.4.01.3400):** Em 4 de julho de 2003, foi publicada a lei n.º 14.055/2003, autorizando o Estado do Paraná a encampar a controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. A controlada propôs a ação n.º 0028294-77.2003.4.01.3400 (antigo n.º 2003.34.00.028316-4) em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o DER/PR com o propósito de impedir a encampação da concessão. Os trabalhos da comissão de encampação foram suspensos com base em liminar concedida em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A controladora objetou desta ação foi incluída no âmbito do processo de mediação SEI n.º 0010575-42.2021.4.04.8000 (mediação), que teve curso perante o Núcleo de Conciliação do TRF da 4ª Região. Tal acordo foi homologado judicialmente no dia 7 de dezembro de 2022. Aguardam-se providências relativas à extinção do referido processo. **b) Redução de tarifa - pleiteia maior (Processo n.º 5016502-67.2016.4.04.7000):** O DER propôs a ação cível pública em maio de 2017, requesting redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a RDN recebeu tarifas alternativas e financeiras superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. A contro-

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)				Nota	2022	2021
Receita operacional líquida						
Custos dos serviços prestados						
Custo de construção						(146.680)
Reversão (provisão) de manutenção						13.675
Depreciação e amortização						(1.007.892)
Custo com poder concedente						(16.776)
Serviços						(102.231)
Custo com pessoal						(25.547)
Materiais, equipamentos e veículos						(15.347)
Outros						(2.938)
						(1.303.736)
Prejuízo bruto						(375.884)
Despesas operacionais						
Despesas gerais e administrativas						
Despesas com pessoal						(3.593)
Serviços						(15.879)
Materiais, equipamentos e veículos						(22.569)
Depreciação e amortização						(298)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos						(1.710)
Reversão (provisão) para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários						(4.976)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros						(143)
Contribuições a sindicatos e associações de classe						(2.375)
Gastos com viagens e estadias						(1.574)
Aluguéis de imóveis e condomínios						18.193
Reversão para perda esperada - contas a receber						(382)
Água, luz, telefone, internet e gás						(80)
Provisão de obras a realizar						(329)
Ressarcimento ao usuário						(23)
Outros						(3)
						(2.849)
Acordo de leniência						(350.725)
Outras receitas operacionais						(81.429)
Resultado antes do resultado financeiro						19
Resultado financeiro						(

RDN Concessões e Participações S.A.

	2022		2021	
	Controladora	Outras partes relacionadas	Controladora	Outras partes relacionadas
Custos/despesas de serviços prestados - combustíveis e lubrificantes	3	-	3	-
Custos/despesas de serviços prestados - suporte administrativo	-	-	6.428	-
Custos/despesas de serviços prestados - suporte e manutenção tecnologia	-	-	-	13.685
Custos/despesas de serviços prestados - conservação de rodovias	-	-	-	7.720
Custos/despesas - doações	-	-	-	606
Repassse de custos e despesas de colaboradores	19	2	21	-
Despesas financeiras	-	-	1.851	-
Receitas de venda de ativo imobilizado	72	724	796	-
Receitas de venda materiais	-	303	303	-
Imobilizado/Intangível	-	-	-	3.905
Despesas com profissionais chave da administração	2022	2021		

	2022	2021
Remuneração (a):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	479	784
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	586	554
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte (Reversão)/Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	580	(40)
Previdência privada	25	42
Seguro de vida	1	2
	<u>1.671</u>	<u>1.342</u>

Saldo a pagar aos profissionais chave da administração

	2022	2021
Remuneração dos administradores (a)	586	632
(a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria. Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros da diretoria da Companhia no montante de R\$ 1.500, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagos no ano e contribuição para seguridade social.		

10. Obras a executar

	2022	2021
Obras a executar	338.948	20.401
Total	338.948	20.401

Circulante

	2022	2021
Obras a executar	10.844	20.401
Total - Circulante	10.844	20.401

Não Circulante

	2022	2021
Obras a executar	328.104	-
Total - Não Circulante	328.104	20.401

Para maiores detalhes, vide nota explicativa 1.2.

Cronograma de realização

	2022
2023	10.844
2024	47.413
2025	280.691
Total	338.948

11. Intangível e infraestrutura em construção

	2021		2022	
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	2.743.678	(17)	2.743.661	
Direitos de uso de sistemas informatizados	11.170	(170)	11.000	
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	-	-	-	-
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.088	-	1.088	
Total custo	2.755.936	(187)	2.755.749	
Valor de amortização				
Direitos de exploração da infraestrutura	(*) (2.743.678)	17	(2.743.661)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	42	(11.000)	-	(11.000)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.088)	-	(1.088)	
Total amortização	(2.755.766)	17	(2.755.749)	
Total intangível	170	(170)	-	-
Infraestrutura em construção	-	-	-	-

	2020		2021	
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Outros
Direitos de exploração da infraestrutura	2.449.574	-	(1) 296.450	(2.345)
Direitos de uso de sistemas informatizados	10.250	-	920	-
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	569	241	-	(810)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.088	-	-	1.088
Total custo	2.461.481	241	(1) 296.560	(2.345)
Valor de amortização				
Direitos de exploração da infraestrutura	(*) (1.741.451)	(1.002.228)	1	-
Direitos de uso de sistemas informatizados	41	(9.249)	(1.751)	-
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	100	(1.088)	-	-
Total amortização	(1.751.788)	(1.003.979)	1	(2.755.766)
Total intangível	709.693	(1.003.738)	-	296.560
Infraestrutura em construção	142.948	157.951	(4.475)	(296.424)

(*) Amortização pela curva do benefício econômico; (a) Reclasseificações entre ativo imobilizado, ativo intangível e infraestrutura em construção; e (b) Retenção de caução por serviço executado parcialmente. Não houve custos capitalizáveis para os exercícios de 2022. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos das debêntures no montante de R\$ 9.983 em 31 de dezembro de 2021. A taxa média de capitalização em 2021 foi de 0,33% a.a. (custo das debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures).

Aos Acionistas e Administradores da RDN Concessões e Participações S.A. Ponta Grossa - PR

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da RDN Concessões e Participações S.A. (anteriormente denominada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RDN Concessões e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a nota explicativa n° 1.1 às demonstrações financeiras, que descreve que o contrato detido pela Companhia de concessão do Lote n° 5 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná por 24 anos, teve vigência até 27 de novembro de 2021 e após seu encerramento a Companhia entrou em fase de cumprimento de passivos regulatórios junto ao Poder Concedente, com base no Termo de Acordo datado em 7 de dezembro de 2022. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de

	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos/despesas de serviços prestados - combustíveis e lubrificantes	3	-	3	-	-	-
Custos/despesas de serviços prestados - suporte administrativo	-	-	-	6.428	-	6.428
Custos/despesas de serviços prestados - suporte e manutenção tecnologia	-	-	-	-	13.685	13.685
Custos/despesas de serviços prestados - conservação de rodovias	-	-	-	-	7.720	7.720
Custos/despesas - doações	-	-	-	-	606	606
Repassse de custos e despesas de colaboradores	19	2	21	-	-	-
Despesas financeiras	-	-	-	1.851	-	1.851
Receitas de venda de ativo imobilizado	72	724	796	-	-	-
Receitas de venda materiais	-	303	303	-	-	-
Imobilizado/Intangível	-	-	-	-	3.905	3.905

12. Fornecedores

	2022	2021
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	2.169	6.247
Cauções e retenções contratuais (b)	3.523	32.920
	<u>5.694</u>	<u>39.167</u>

(a) Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e (b) Trata-se de retenção contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2021	2022
Saldo inicial	4.213	4.897
Constituição	4.897	(725)
Reversão	(725)	(3.677)
Pagamentos	(3.677)	475
Saldo final	5.195	5.851

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil, não determinam sua contabilização.

	2022	2021
Cíveis e administrativos (a)	67.125	55.309
Trabalhistas e previdenciários	2.128	254
	<u>69.253</u>	<u>55.563</u>

(a) Do montante total, R\$ 59.313 refere-se à valor destinado a cobrir determinadas obrigações vinculadas a processos administrativos atualmente em curso informados no tópico 1.2. Outras informações relevantes.

14. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social da Companhia é de R\$ 877.191, dividido em 877.191.262 quotas nominiais. Em 07 de janeiro de 2022 o montante de R\$ 22.000 do saldo de capital social a integralizar, foi totalmente integralizado. Em 05 de abril de 2022, o montante de R\$ 11.000, do saldo de capital social a integralizar, foi totalmente integralizado. Em 14 de junho de 2022, o montante de R\$ 22.000, do saldo de capital social a integralizar, foi totalmente integralizado. Em 22 de novembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 10.000, mediante a emissão de 10.000.000 novas ações nominiais. Em 05 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 10.000, do saldo de capital social a integralizar, foi totalmente integralizado.

15. Receitas operacionais

	2022	2021
Receitas de pedágio	-	840.756
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	-	146.680
Receitas acessórias e administrativas	-	14.943
Receita bruta	-	1.002.379
Impostos sobre receitas	-	(73.886)
Devoluções e abatimentos	-	(641)
Deduções das receitas brutas	-	(74.527)
Receita operacional líquida	-	927.852

16. Resultado financeiro

	2022	2021
Despesas financeiras	-	(20.067)
Juros sobre debêntures	-	(28.344)
Varição monetária sobre debêntures	-	(1.851)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	-	(2.000)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	10.017
Capitalização de custos das debêntures	-	(1.008)
Perda com operações de derivativos	-	(205)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	(2.505)
Juros sobre acordo de leniência	-	(2)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(3.757)	(2.790)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(3.757)	(48.755)
Receitas financeiras	-	-
Varição monetária sobre debêntures	-	1.014
Ganho com operações de derivativos	1.875	7.395
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	277
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	489	680
Juros e outras receitas financeiras	2.364	9.366
	<u>(1.393)</u>	<u>(39.389)</u>

Resultado financeiro
17. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: — Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente

Para apoio a Diretoria da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Diretor sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. **Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2022	2021
Ativos		
Valor justo através do resultado		
Caixa e bancos	Nível 2 9	219
Aplicações financeiras	Nível 2 13.965	26.028
	<u>13.974</u>	<u>26.247</u>
Custo amortizado		
Contas a receber	-	1.761
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	66	145
	<u>66</u>	<u>1.906</u>

Passivos

	2022	2021
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores e outras contas a pagar	(5.702)	(60.565)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	(1.347)
Obrigações com Poder Concedente	(340.124)	(65.383)
	<u>(331.786)</u>	<u>(37.230)</u>

Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

	Efeito em R\$ no resultado			
	Exposição em R\$ (mil)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Risco CDI (2)	13.965	1.903	1.427	951
Efeito sobre as aplicações financeiras		<u>1.903</u>	<u>1.427</u>	<u>951</u>
Total do efeito de ganho ou perda		<u>1.903</u>	<u>1.427</u>	<u>951</u>
A taxa de juros considerada foi (1):				
CDI (2)		13,65%	10,24%	6,83%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo. No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3; (3) O conceito aplicado para aplicações financeiras consiste em se o CDI cair, há uma redução da receita financeira; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

18. Demonstração dos fluxos de caixa: a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2022	2021
Fornecedores	-	28
Impostos e contribuições a recolher	-	(3.468)
Tributos a recuperar	-	11
Outras contas a pagar	-	2.710
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	-	(719)
Outros de ativo imobilizado e intangível	-	(2.749)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	(2.749)
Mútuos - partes relacionadas	-	(239.990)
Absorção		